

2/10/1984

Canavieiros voltam ao trabalho mas usineiros recorrem ao STF

por Waldo Nogueira

do Recife

Os canavieiros de Pernambuco voltaram em massa ontem ao trabalho, depois de uma greve de nove dias que mobilizou mais de 200 mil. Eles conseguiram uma série de conquistas, em acordo com os patrões e no dissídio julgado sexta-feira pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Algumas dessas conquistas poderão, no entanto, ser efêmeras, pois os sindicatos patronais decidiram recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF).

De um total de 44 reivindicações, 16 horas aprovadas em acordo entre trabalhadores e empregadores, as restantes foram a julgamento no TRT. No final, os trabalhadores conseguiram a aprovação de 38 questões — um salto satisfatório de acordo com José Rodrigues, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape).

Para Rodrigues, a maior vitória dos canavieiros foi a aprovação do salário unificado de Cr\$ 190.024 por mês e a manutenção da tabela de tarefas, que regulamenta todo o trabalho de produção. Outras conquistas, conforme o presidente da Fetape, foram a manutenção da "lei do sítio", que obriga o fazendeiro a destinar ao empregado uma área de meio a dois hectares para o cultivo de lavouras de subsistência; salário-família; estabilidade para o delegado sindical e a gestante; e o pagamento na sexta-feira e não no sábado.

Toda essa nova legislação salarial deverá entrar em vigor a partir do próximo dia 8. Mas os sindicatos patronais pretendem barrar algumas dessas conquistas, recorrendo ao Supremo, num procedimento semelhante ao adotado após o dissídio de 1983, informa a Cristiano Falcão, diretor do Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco. Naquela ocasião, decisão adotada a nível federal acabou invalidando reivindicações aprovadas pelo TRT, como pio salarial, salário-família e "lei do sítio". De acordo com Falcão, "o TRT não acatou decisões do Supremo e decidimos apresentar novo recurso".

A greve dos canavieiros causou prejuízos ao Estado de Pernambuco, que deixou de arrecadar cerca de Cr\$ 1 bilhão por dia em Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). Mas, durante o movimento, os trabalhadores contaram com a proteção da polícia que, inclusive, impediu a contratação de trabalhadores clandestinos para fazerem o corte de cana.

(Página 5)